

# PESQUISA DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO, ECONOMIA E POPULAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL

## INDICADORES DE POBREZA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

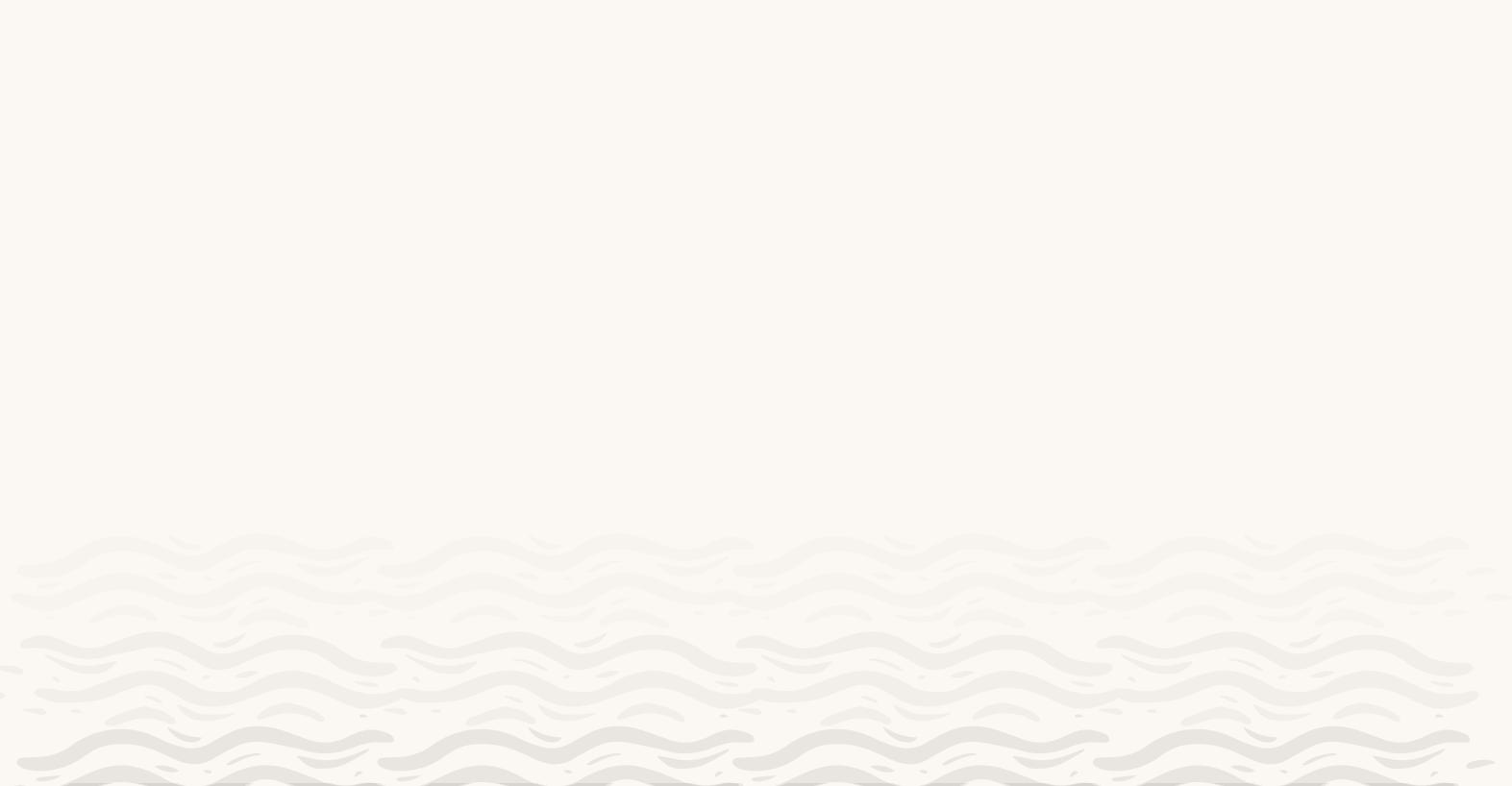




# SUMÁRIO

RESUMO	5
1. INTRODUÇÃO	5
2. NÍVEIS DE POBREZA	6
3. PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	8
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
REFERÊNCIAS	12





# POBREZA E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA AMAZÔNIA LEGAL ENTRE 2012 E 2023

## RESUMO

Este relatório tem o objetivo de informar a situação de pobreza e a amplitude dos programas de assistência social nos estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023. Especificamente, foram analisados dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C). Deste modo, foram identificados os níveis de pobreza nos estados da Amazônia Legal e a configuração da distribuição do indicador em âmbito estadual e nas capitais.

**Palavras-chave:** Pobreza. Programas Sociais. Amazônia Legal.

## 1. INTRODUÇÃO

Este relatório informa a evolução dos indicadores de pobreza e a amplitude dos programas de assistência social nos estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023. É apresentado o quantitativo de pessoas nas diversas faixas de pobreza definidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em conformidade com o estabelecido pelo Banco Mundial. Além disso, são apresentados dados referentes às pessoas atendidas por programas sociais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

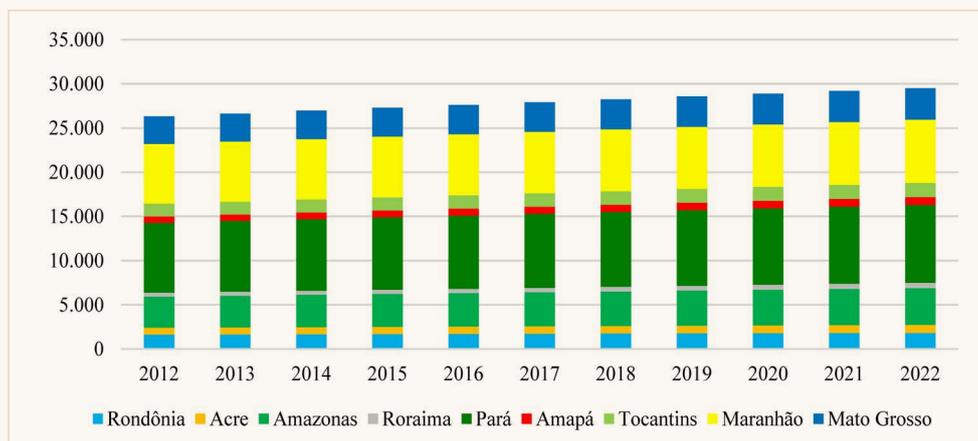
A Amazônia Legal abrange nove estados brasileiros, entre os quais alguns dos mais pobres do País. Com território de 502 milhões de hectares, é maior do que a área total da União Europeia (UE). Em 2022, abrangia uma população de mais de 28 milhões de pessoas (IBGE). Embora a Amazônia Legal seja conhecida principalmente por sua área de floresta tropical, que representa 60% do bioma amazônico, mais de 75% de sua população vive nas cidades (Banco Mundial, 2023).

Os dados e informações presentes neste relatório permitem sugerir que a estrutura social entre os estados da Amazônia Legal é bem distinta, refletindo o padrão heterogêneo da região. É possível identificar estados que mantiveram seu nível de pobreza (sem crescimento ou redução), a exemplo do Mato Grosso, e outros que aumentaram o nível de pobreza durante o período avaliado, como Maranhão, Acre e Amazonas.

## 2. NÍVEIS DE POBREZA

O Gráfico 1 apresenta a população dos estados da Amazônia Legal, que passou de 22,58 milhões de pessoas em 2012, para 24,56 milhões de habitantes em 2022, o que representa um crescimento de 8,74% no período. Os estados do Pará, Maranhão e Amazonas são os mais populosos. Esses números iniciais são importantes para dimensionar a proporção de pessoas que se encontram nas faixas de pobreza, estabelecida pelo IBGE.

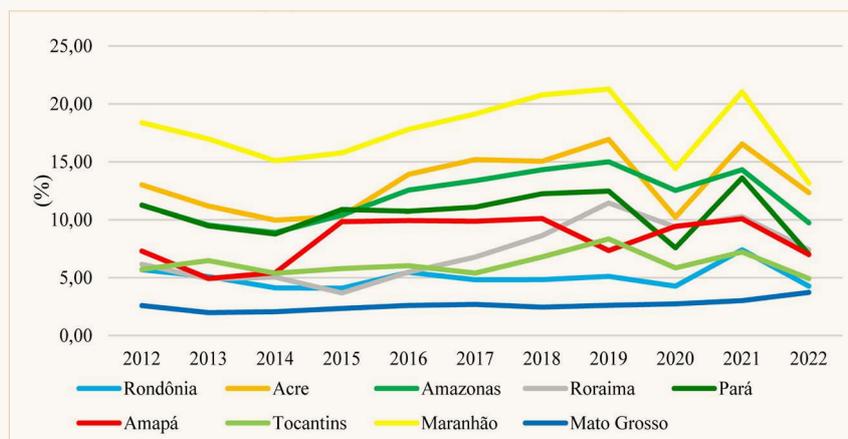
**Gráfico 1 – População dos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2022 (1.000 pessoas)**



Fonte: IBGE (2024)

O Gráfico 2 apresenta a proporção de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* menor que US\$ 1,9 PPC em 2011<sup>1</sup> nos estados da Amazônia Legal. Chama a atenção o movimento comum, entre alguns estados, de redução da proporção de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* no ano de 2020. Esse padrão pode estar associado ao pagamento do Auxílio Emergencial, que tirou momentaneamente um quantitativo de pessoas dessa faixa, durante o período de pandemia de covid-19. O Estado do Maranhão tem a maior proporção de domicílios com rendimento menor que US\$ 1,9 e o Estado do Mato Grosso tem a menor proporção.

**Gráfico 2 – Proporção de Pessoas com Rendimento Domiciliar *Per Capita* menor que US\$ 1,9 PPC em 2011 (%) nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2022**



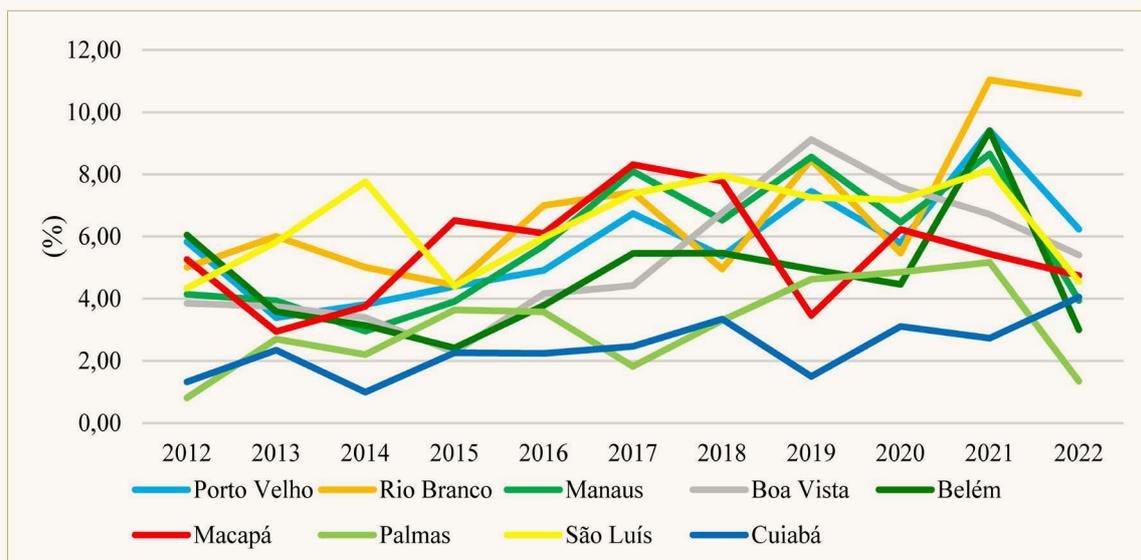
Fonte: IBGE (2024)

<sup>1</sup> Nesse ano, o Banco Mundial definiu os parâmetros monetários para delimitar os limites da linha de pobreza nos países (Banco Mundial, 2018).



O Gráfico 3 apresenta a proporção de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* menor que US\$ 1,9 PPC em 2011 nas capitais dos estados da Amazônia Legal. Percebe-se que a dinâmica encontrada nas capitais é bem diferente. Enquanto nos estados é possível perceber tendências mais estáveis, nas capitais observa-se uma enorme volatilidade durante o período avaliado. Essa maior volatilidade da renda nas capitais da Amazônia Legal é resultado de uma combinação de fatores complexos, que incluem a concentração de atividades econômicas, especialmente os serviços e o setor informal, a dinâmica migratória, as políticas públicas e a estrutura urbana.

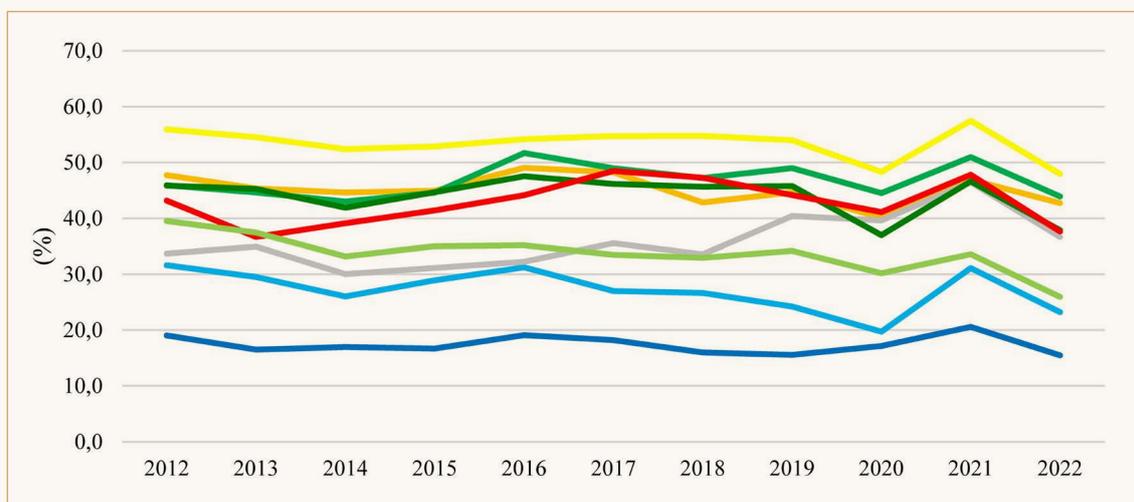
**Gráfico 3 – Proporção de Pessoas com Rendimento Domiciliar *Per Capita* menor que US\$ 1,9 PPC em 2011 (%) nas Capitais da Amazônia Legal entre 2012 e 2022**



Fonte: IBGE (2024)

O Gráfico 4 apresenta a proporção de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* menor que US\$ 5,5 PPC em 2011 nos estados da Amazônia Legal. A tendência é similar à encontrada no Gráfico 2, porém a diferença está na intensidade da proporção das pessoas em situação de rendimento domiciliar *per capita* menor que US\$ 5,5.

**Gráfico 4 – Proporção de Pessoas com Rendimento Domiciliar *Per Capita* menor que US\$ 5,5 PPC em 2011 (%) nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2022**

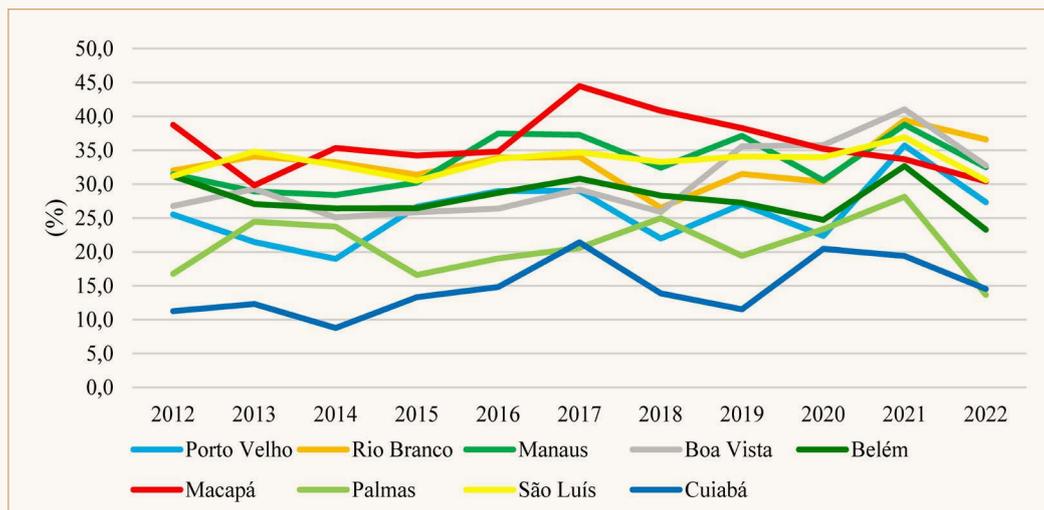


Fonte: IBGE (2024)



O Gráfico 5 apresenta a proporção de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* menor que US\$ 5,5 PPC 2011 nas capitais dos estados da Amazônia Legal. Os dados das capitais se diferem do comportamento dos estados, mostrando que, em nível municipal, há tendências próprias. Enquanto no nível estadual parece haver um padrão quase constante, nas capitais dos mesmos estados esse padrão é alterado durante igual período. A diferença entre o comportamento no nível estadual e das capitais ocorre devido aos fatores já explicados no item anterior.

**Gráfico 5 – Proporção de Pessoas com Rendimento Domiciliar *Per Capita* menor que US\$ 5,5 PPC em 2011 (%) nas Capitais da Amazônia Legal entre 2012 e 2022**

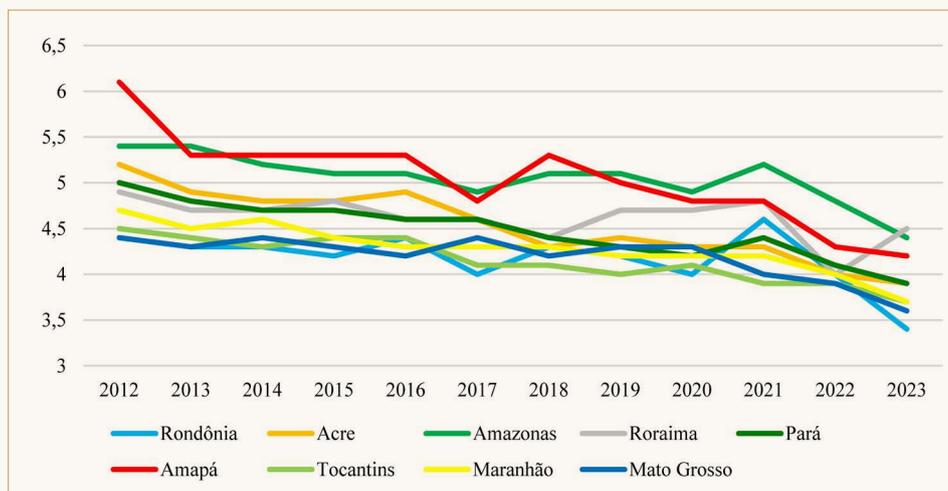


Fonte: IBGE (2024)

### 3. PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Gráfico 6 apresenta o número médio de moradores por domicílio, beneficiados pelo Programa Bolsa Família. Percebe-se que o número médio de moradores foi sendo reduzido de maneira geral entre os estados da Amazônia Legal. O Estado do Amapá teve o maior número médio no ano de 2012 (média acima de seis moradores) e, no período recente, foi superado pelos estados do Pará e de Roraima.

**Gráfico 6 – Número Médio de Moradores por Domicílio que Recebem Bolsa Família nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023**

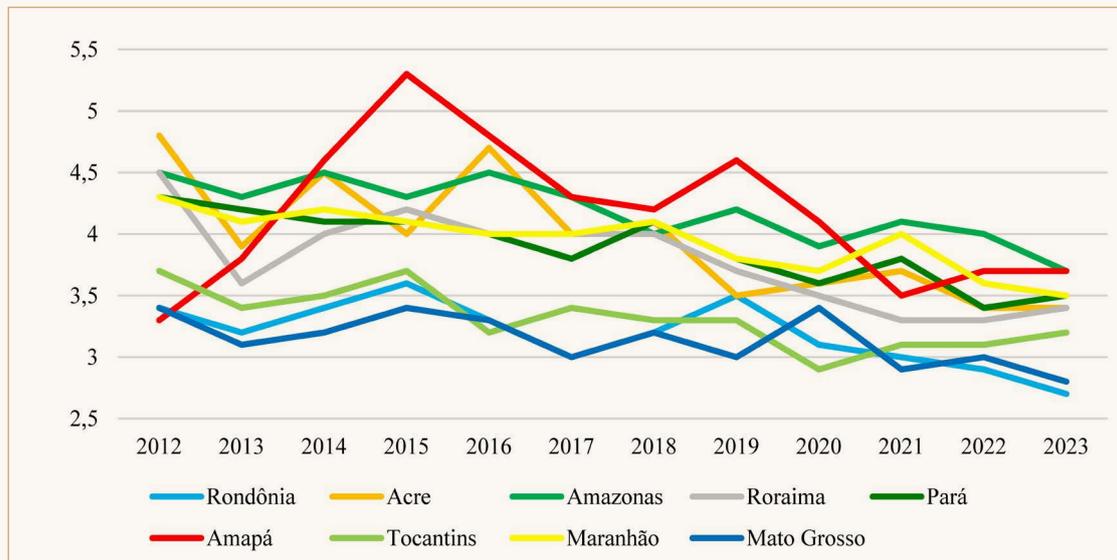


Fonte: IBGE (2024)



O Gráfico 7 apresenta o número médio de moradores por domicílio, beneficiados pelo Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC). Percebe-se que, assim como o Programa Bolsa Família, o número médio de moradores teve redução ao longo do período, porém com maior variação entre os estados da Amazônia Legal. No período recente, os estados do Pará e do Amapá apresentam os maiores níveis médios de moradores.

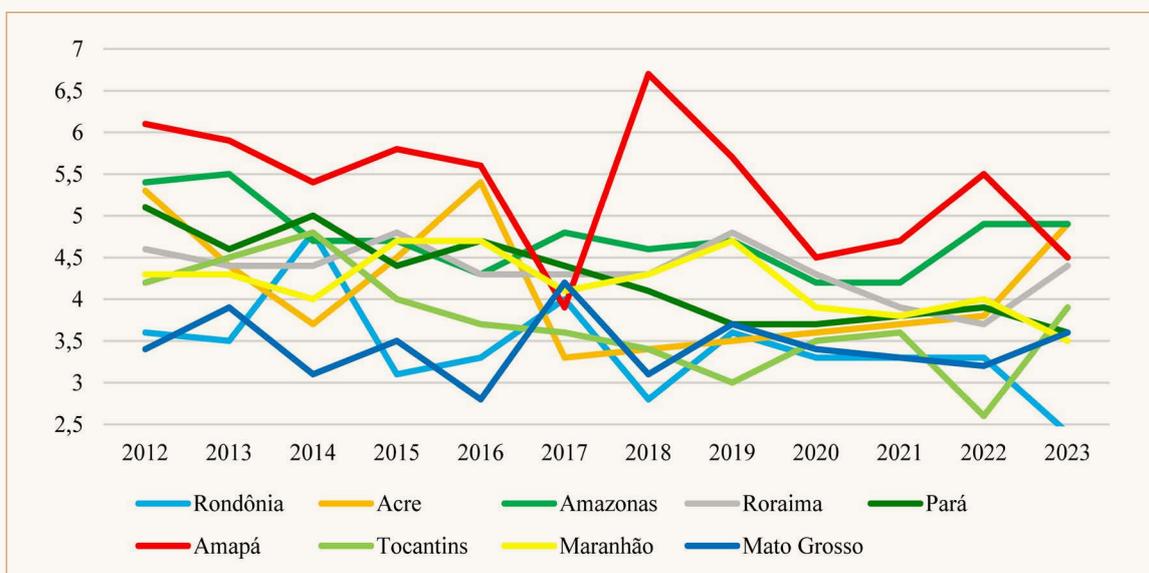
**Gráfico 7 – Número Médio de Moradores por Domicílio que Recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC) nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023**



Fonte: IBGE (2024)

O Gráfico 8 apresenta o número médio de moradores por domicílio que recebem outros programas sociais. Diferentemente do Programa Bolsa Família e do BPC, o número médio de moradores teve grande variação ao longo do período, especialmente no Estado do Amapá, que chegou a ter um número médio de moradores acima de seis, em 2012, e, no ano de 2023, acima de quatro.

**Gráfico 8 – Número Médio de Moradores por Domicílio que Recebem outros Programas Sociais nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023**

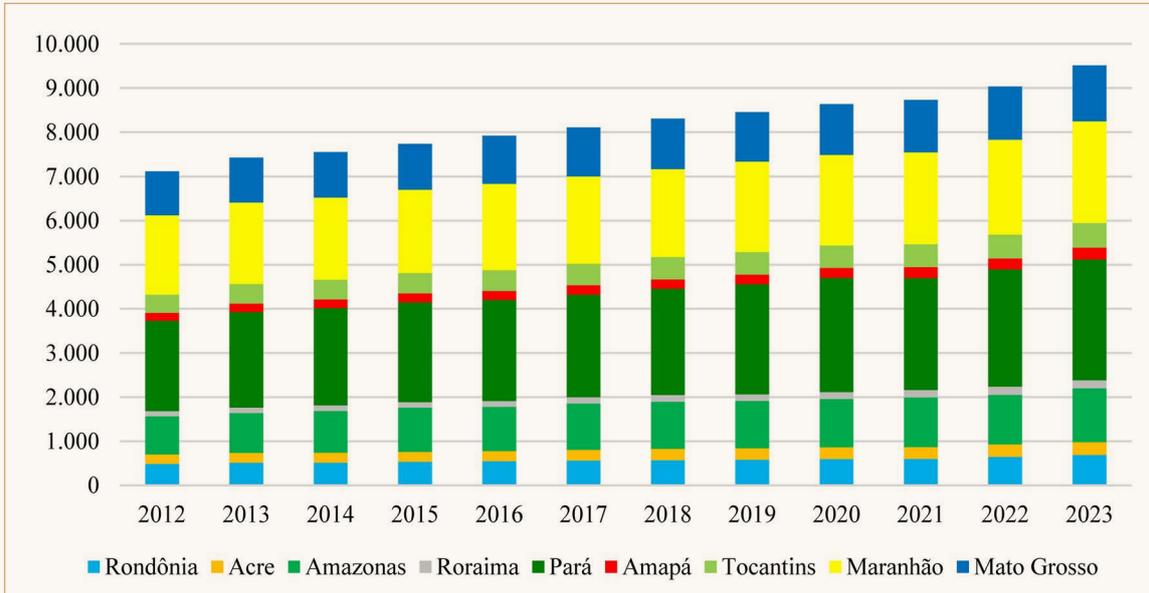


Fonte: IBGE (2024)



O Gráfico 9 apresenta o número de domicílios nos estados da Amazônia Legal. No ano de 2012, havia 7,1 milhões de domicílios que, em 2023, passaram a ser 9,5 milhões, o que representa um aumento considerável de 33,7% em um intervalo de 12 anos. Essa evolução é maior do que o crescimento populacional entre 2012 e 2022. Os maiores números de domicílios estão nos estados do Pará, Maranhão e Amazonas.

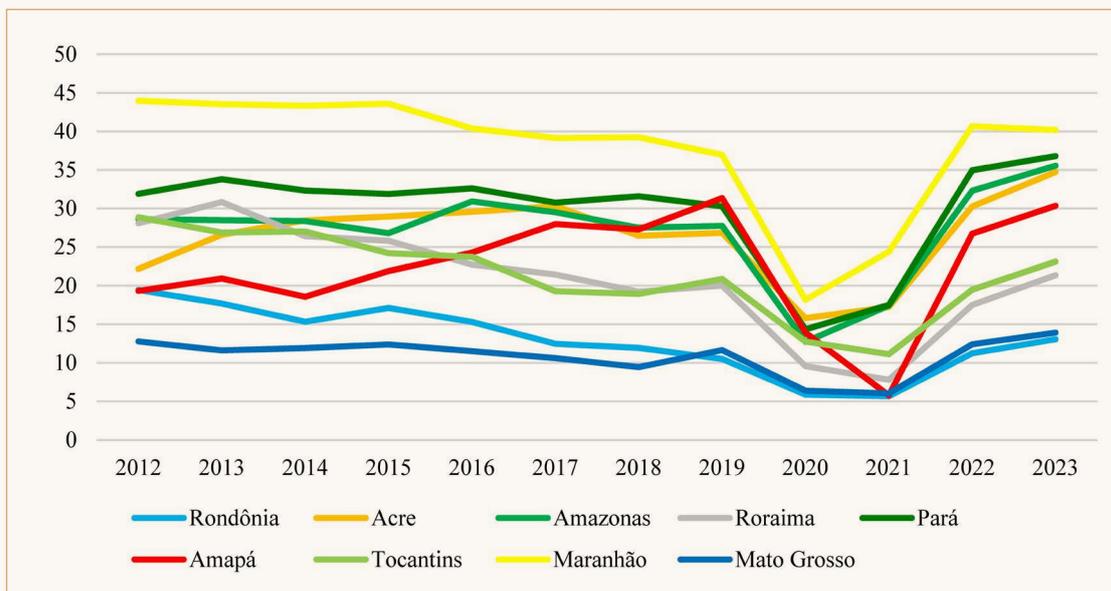
**Gráfico 9 – Domicílios da Amazônia Legal entre 2012 e 2023 (1.000 Unidades)**



Fonte: IBGE (2024)

O Gráfico 10 apresenta a proporção de domicílios com recebimento de rendimento do Bolsa Família. O Estado do Maranhão tem a maior proporção de domicílios nesta condição. Mais de 40% dos domicílios maranhenses recebem o Bolsa Família, enquanto os estados de Rondônia e Mato Grosso apresentam as menores proporções, próximo de 5% dos domicílios.

**Gráfico 10 – Proporção de Domicílios, por Recebimento de Rendimento do Bolsa Família nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2013 (%)**

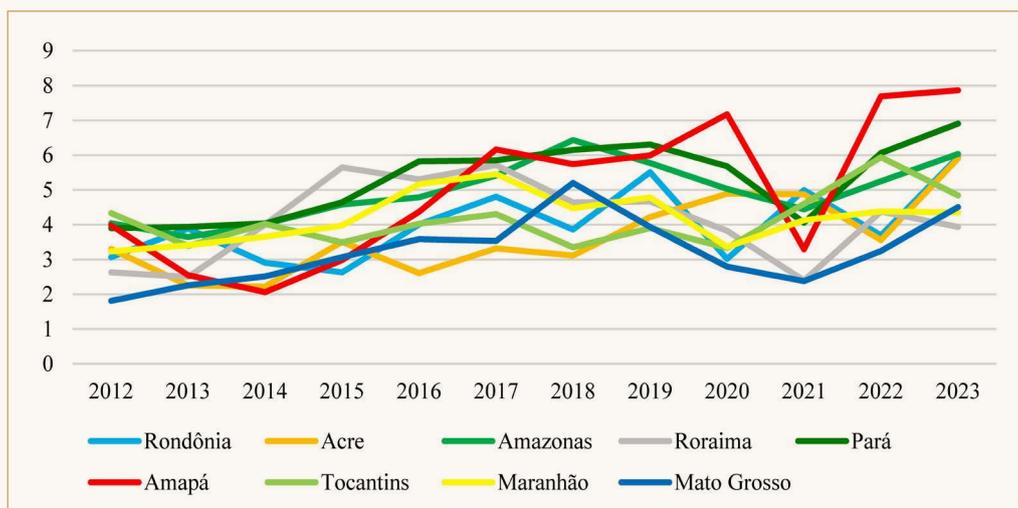


Fonte: IBGE (2024)



O Gráfico 11 apresenta a proporção de domicílios com recebimento de rendimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Este, garante valor de um salário-mínimo por mês a pessoas idosas com idade igual ou superior a 65 anos ou a pessoas com deficiência de qualquer idade, enquanto o Bolsa Família integra políticas públicas para fortalecer o acesso de famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. Assim, diferentemente do Bolsa Família, existe uma grande variação da proporção de domicílios que recebem o BPC. Além disso, é possível observar uma tendência de crescimento ao longo do período analisado.

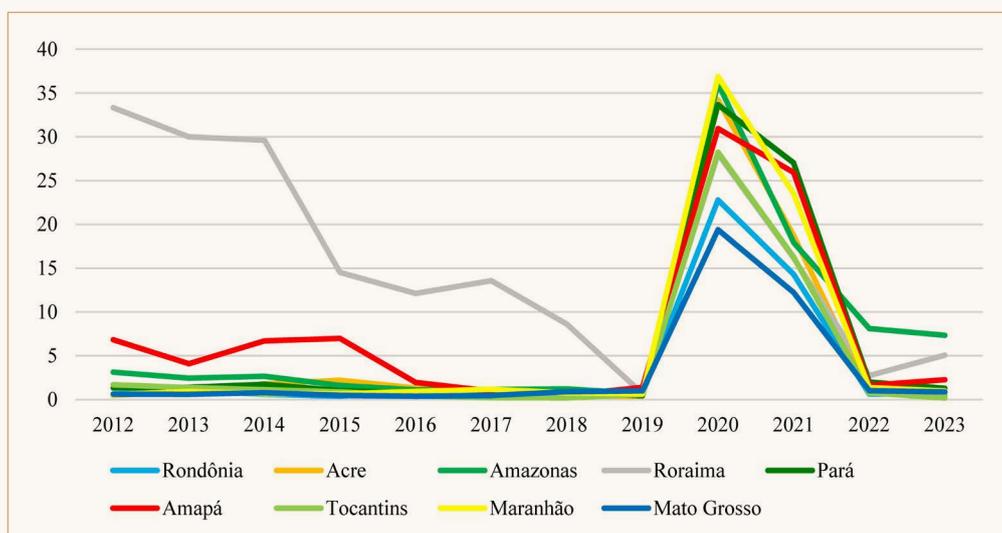
**Gráfico 11 – Proporção de Domicílios, por Recebimento de Rendimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2013 (%)**



Fonte: IBGE (2024)

O Gráfico 12 apresenta a proporção de domicílios com recebimento de rendimento de outros programas sociais. O principal resultado é em relação ao Estado de Roraima, que tinha quase 35% dos domicílios com recebimento de rendimento de outros programas sociais e apresentou redução considerável até o ano de 2019, chegando aos níveis próximos dos demais estados. Em 2020, todos os estados ampliaram a proporção de domicílios com recebimento de algum programa social.

**Gráfico 12 – Proporção de Domicílios, por Recebimento de Rendimento de outros Programas Sociais nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2013 (%)**



Fonte: IBGE (2024)





## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem pelo menos três principais resultados a partir da avaliação dos dados relativos à pobreza e à difusão dos programas de assistência social nos estados da Amazônia Legal no período de 2012 a 2023.

Primeiro, existe diferença entre o padrão de distribuição da pobreza entre as capitais e os estados. Historicamente, as capitais, especialmente nas regiões menos desenvolvidas, como Norte e Nordeste, possuem uma dinâmica econômica maior em comparação com os demais municípios. O padrão diferenciado de distribuição da pobreza das capitais dos estados da Amazônia Legal é resultado de uma combinação de fatores, que incluem a concentração de atividades econômicas, especialmente os serviços e o setor informal, a dinâmica migratória, as políticas públicas e a estrutura urbana.

Segundo, os estados do Maranhão e do Acre apresentaram os maiores níveis de pobreza durante o período avaliado. Terceiro, enquanto a maioria dos estados teve aumento da pobreza durante o período, o Estado do Mato Grosso conseguiu manter estável seu nível de pobreza, apresentando leve crescimento no período recente.

Em termos de difusão dos programas de assistência social, é possível observar que o Bolsa Família é o programa mais difundido nos estados da Amazônia Legal. O Estado do Maranhão tem mais amplitude de acesso, com mais de 40% dos domicílios atendidos pelo programa. Os estados com economias relativamente mais fortes, como Mato Grosso e Rondônia, têm os menores níveis de acesso, com 5% dos domicílios atendidos. Houve um aumento considerável de acesso a outros programas sociais nos anos de 2020 e de 2021, em todos os estados, possivelmente devido à implementação e período de vigência do Programa de Auxílio Emergencial, relacionado à pandemia de covid-19.

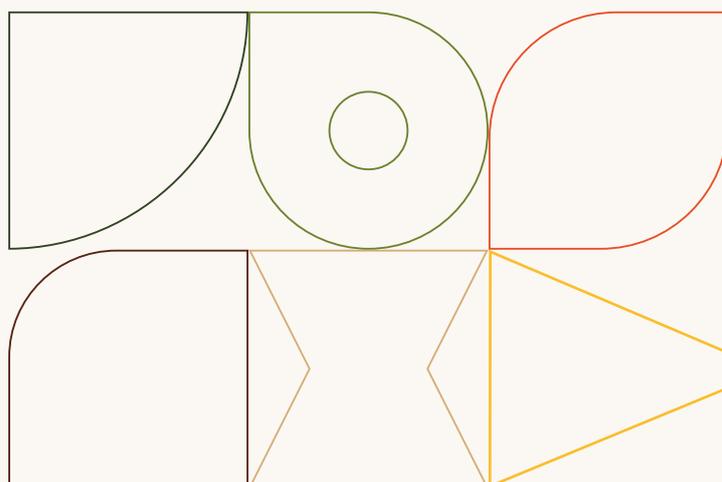
## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL, 2018. **Pobreza e Prosperidade Partilhada 2018: Juntar as Peças do Puzzle da Pobreza.** Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/research/brief/poverty-and-shared-prosperity-2018-piecing-together-the-poverty-puzzle-frequently-asked-questions>

BANCO MUNDIAL, 2023. **Equilíbrio Delicado para a Amazônia Legal Brasileira - Um Memorando Econômico.** Desenvolvimento Internacional em Destaque. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-a-balancing-act-for-amazonian-states-report>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2024. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).**





REALIZAÇÃO



MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO E DO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL



**txai**  
amazônia

Seminário  
Internacional de  
Bioeconomia e  
Sociobiodiversidade

